



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.ª
Aprova o Orçamento do Estado para 2025

Proposta de Aditamento

TÍTULO IX

Disposições complementares, finais e transitórias

Capítulo I

Políticas Setoriais

Artigo 120.º-A

Reabertura dos serviços públicos encerrados

São tomadas as diligências necessárias para promover a reabertura dos serviços públicos encerrados e que são necessários, ao serviço da população e geradores de postos de trabalho, nomeadamente:

- a) Escolas;
- b) Serviços de saúde e valências hospitalares;
- c) Repartições de finanças;
- d) Agências da Caixa Geral de Depósitos;
- e) Serviços de Segurança Social;
- f) Postos dos CTT;
- g) Serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Assembleia da República, 15 de novembro de 2024

Os Deputados,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Paula Santos; António Filipe; Alfredo Maia; Paulo Raimundo

Nota justificativa:

O Estado tem a responsabilidade e o dever de prestar serviços públicos de qualidade e próximos das pessoas, bem como de garantir as suas funções sociais.

No entanto, sucessivos Governos PS, PSD, com ou sem a participação do CDS-PP, a pretexto do défice das contas públicas ou da racionalização de recursos, dirigiram medidas concretas para concentrar e encerrar serviços públicos, reduzindo a resposta do Estado às necessidades das populações e do País. Esta opção política configura um ataque à Administração Pública, aos serviços públicos e às funções sociais do Estado, bem como aos seus trabalhadores, empobrecendo o regime democrático, com o objetivo da sua privatização. Foram encerradas escolas, extensões de saúde, postos dos CTT, balcões da CGD, entre muitos outros.

É ao Estado que incumbe assegurar as suas funções sociais e a prestação de serviços públicos de qualidade e de proximidade a todos os portugueses. A prestação dos serviços públicos e o cumprimento das funções sociais do Estado devem manter-se na esfera pública, assumindo o Estado a garantia a total cobertura do território, nas regiões do litoral e do interior, nas zonas urbanas e rurais.

O PCP, através desta proposta, defende o reforço e qualificação dos serviços públicos prestados às populações, potenciando a ligação do Estado aos cidadãos.